



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

No dia 27 de março de 2024, às 11h, na Promotoria de Justiça de Jaguari, presentes o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, representado pelo Promotor de Justiça Eduardo da Silva Fagundes, e o investigado **MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 92.455.393/0001-46, com sede na Rua Marquês de Tamandaré, 1470, bairro Centro, em Nova Esperança do Sul/RS, representada pelo Prefeito Municipal Ivori Antônio Guasso Júnior, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, tendo em vista o apurado nos autos do Procedimento Administrativo de acompanhamento de políticas públicas n.º 00799.000.752/2023, instaurado para acompanhar e fiscalizar a implementação da política pública para animais abandonados/de rua em Nova Esperança do Sul/RS, celebram este Termo de Ajustamento de Conduta nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: o COMPROMISSÁRIO reconhece que as medidas adotadas pelo ente público até o momento foram insuficientes para a solução da problemática dos animais abandonados e de rua de Nova Esperança do Sul/RS, existindo a necessidade de melhor estruturação de uma política pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das obrigações:

2.1- O **COMPROMISSÁRIO** assume as **obrigações principais** de:

a) constituir equipe/comissão específica, por meio de profissionais habilitados e vinculados a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, para implementar a política de atenção aos animais em Nova Esperança em **até 20 dias** contados da assinatura do TAC.



b) Em até **70 dias** da assinatura do documento, realizar mapeamento do local em que existem animais abandonados, bem como seja realizada a identificação do número, tamanho e raças de cachorros pela equipe técnica, conforme reclamação e chamada dos cidadãos. Ainda, **realizar a classificação de risco** pela equipe técnica, considerando raça, tamanho, idade, reclamações, traumas, etc;

c) criar e dar início à execução, no prazo de **até 120 dias** contados da assinatura do TAC, de programa de adoção dos cães e gatos, compreendendo: a prévia identificação, cadastramento, vacinação, desverminação e castração dos animais; o estabelecimento de critérios mínimos para aceitabilidade do adotante, verificados a partir de questionário e entrevista, além de visita pós-adoção; o fornecimento do histórico completo do animal, inclusive a respectiva carteira de vacinação, ao adotante; o registro de toda e qualquer adoção, inclusive com uso de Termo de Compromisso de Adoção, a ser assinado pelo adotante e a realização de feiras de adoção, com ampla divulgação;

d) criar e iniciar a execução, no prazo de **até 120 dias** contados da assinatura do TAC, juntamente com o programa do item "c", de lei municipal, estabelecendo os critérios para inclusão de família acolhedora de animais em abandono, o prévio cadastramento da família e do animal, a forma de fiscalização, as responsabilidades e obrigações da família e do Município, sempre com prévia vacinação, desverminação e castração dos animais a serem incluídos no programa, caso pretenda se utilizar de famílias acolhedoras, sem prejuízo das demais obrigações, inclusive com a possibilidade de fixação de valor mensal a ser distribuído e utilização das verbas do Fundo Municipal do Meio Ambiente para custeio do programa. Ainda, deverá ser incluída na futura legislação a possibilidade de animais comunitários com a previsão de auxílio do Município para materiais;



e) disponibilizar, no prazo de **até 100 dias** contados da assinatura do TAC, **abrigo de passagem** com a finalidade exclusiva de albergar temporariamente animais doentes, feridos, maltratados, agressivos, confiscados ou recolhidos da rua que **apresentem agressividade ou risco**, até que seja possível a adoção ou a devolução ao local de origem, neste último caso, desde que infrutíferas as tentativas de adoção e que não haja risco à população, e, em todas as situações, com prévia vacinação, desverminação e castração;

f) dar início à realização, no prazo de **até 90 dias** da assinatura do documento, de campanhas de conscientização da população quanto ao bem-estar animal e à guarda responsável, bem como sobre a proibição de condutas, a forma de acionar o sistema de fiscalização municipal, a necessidade da tutela responsável de animais e a importância da vacinação periódica e da castração, especialmente com a conscientização contínua na rádio, nos jornais e nas escolas, além da divulgação nas próprias redes sociais do Município;

g) regulamentar, por meio de Decreto Municipal e/ou Lei Municipal, dentro da discricionariedade administrativa da Administração, sobre **o órgão responsável pela fiscalização** e atuação em casos de descumprimento das obrigações com animais (abandono, maus tratos, cuidados inadequados, etc), com a previsão de **sanção específica** a ser aplicada nessas situações. Além da previsão do órgão responsável e das sanções, também deverão ser fixadas as providências a serem imediatamente adotadas para cessão do descumprimento e o procedimento administrativo, com previsão de recurso, a ser adotado no caso da imposição de multa ou outra sanção. Para tanto, deverão ser observadas a Política Municipal do Meio Ambiente, o Código de Posturas Municipal e o Código Estadual do Meio Ambiente. A referida obrigação deverá ser cumprida em **até 90 dias da assinatura do documento**.



h) o Compromissário responsabiliza-se por, após o cumprimento dos itens "b" "e" e "g", notificar os particulares violadores das normas de proteção animal para que adotem as providências para acautelar seus animais de forma adequada, sob pena da sanção a ser determinado no item "g".

i) realizar ações de fiscalização periódicas e programadas mensalmente, conforme programa a ser previamente elaborado para direcionamento das ações, a fim de prevenir e reprimir o descumprimento da Lei. A referida obrigação deverá ser cumprida pela comissão constituída no item "a" e remeter relatório bimestral ao Ministério Público sobre as ações realizadas no período.

j) Manutenção dos convênios firmados para a castração dos animais pelo prazo mínimo de 48 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1- O Ministério Público, por meio da Promotoria de Justiça de Jaguari, poderá, diante de novas informações ou se as circunstâncias assim o exigirem, retificar ou complementar o presente compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias.

3.2- O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta não inibe, limita ou veda quaisquer providências ou medidas de controle, fiscalização e sancionamento por parte dos órgãos competentes.

CLÁUSULA QUARTA: O descumprimento das obrigações contidas na cláusula segunda sujeitará o ajustante ao pagamento de multa diária no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), corrigidos pelo IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo, e mais 1% de juros ao mês a partir do descumprimento, cessando apenas quando o ajustante comprovar, documentalmente, a implementação, e consolidar-se-á em 100 (cem) dias-multa, que reverterá ao FRBL.



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA QUINTA - o cumprimento das obrigações aqui assumidas não dispensa o **COMPROMISSÁRIO** de satisfazer quaisquer exigências previstas na legislação federal, estadual ou municipal, tampouco de cumprir as imposições de ordem administrativa concernentes às atividades que exerce, porventura aplicáveis à espécie e não constantes neste Termo, não elidindo a responsabilização penal ou administrativa, conforme dispõe o artigo 34, § 3º, do Provimento nº 71/2017, da Procuradoria-Geral de Justiça.

CLÁUSULA SEXTA: O cumprimento das Cláusulas previstas no presente Termo de Compromisso de Ajustamento implicará na Promoção de Arquivamento do expediente, ser examinado pelo Conselho Superior do Ministério Público, comprometendo-se o Ministério Público a não ajuizar Ação Civil Pública em razão do referido ajuste, reservando-se, porém, o direito de demandar judicialmente em caso de descumprimento pelo **COMPROMISSÁRIO** de quaisquer das Cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA: este compromisso produzirá seus efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, §6º, da Lei 7.347/85, e do art. 784, IV e XII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA: o foro competente para dirimir questões e litígios será o da Comarca de Jaguari/RS.

Jaguari, 27 de março de 2024.

EDUARDO DA SILVA FAGUNDES,
Promotor de Justiça.

IVORI ANTÔNIO GUASSO JÚNIOR

Prefeito de Nova Esperança do Sul

LIONIR SIQUEIRA,

Procurador Jurídico de Nova Esperança do Sul.



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JAGUARI
Rua Bento Gonçalves, 20 - CEP 97760000 - Jaguari, RS
Fone: (55)32551305 e-mail: mpjaguari@mprs.mp.br